

# A pós-graduação *stricto sensu* brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade

*Brazilian stricto sensu postgraduate studies in social work: advances and challenges in an era of austerity*

Hamida Assunção Pinheiro\* 

Mônica de Castro Maia Senna\*\* 

Ricardo Lara\*\*\* 

## RESUMO

O artigo discute avanços e desafios que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem enfrentado na conjuntura atual. Para isso, apresenta brevemente a trajetória da pós-graduação da área no Brasil e destaca dados e informações referentes ao desempenho dos programas da área no biênio 2021-2022, com base no Relatório do Seminário de Meio Termo realizado em 2023. O texto é fruto de pesquisa bibliográfica e documental direcionada por uma perspectiva crítica com objetivo de perceber as contradições da realidade e suscitar estratégias de diálogos e reflexões para o futuro da pós-graduação e da produção de conhecimento da área de Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; pós-graduação; pesquisa.

## ABSTRACT

This article discusses the advances and challenges that *stricto sensu* postgraduate studies in social work have faced in the current context. To this end, it briefly presents the trajectory of postgraduate studies in the area in Brazil and highlights data and information regarding the performance of programs in the 2021-2022 biennium, based on the Mid-Term Seminar Report held in 2023. The text is the result of bibliographic and documentary research guided by a critical perspective with the aim of perceiving the contradictions of reality and raising strategies for dialogue and reflection for the future of postgraduate studies and knowledge production in social work.

**Keywords:** social work; postgraduate programs; research.

## Introdução

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem seguido uma trajetória de avanços quantitativos e qualitativos, contribuindo para a formação qualificada de docentes, pesquisadores e profissionais

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>

\*Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM - Brasil.  
E-mail: hamida@ufam.edu.br.

\*\*Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil. E-mail: monica.senna@pq.cnpq.br.

\*\*\*Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC - Brasil.  
E-mail: ricardolarauf@gmail.com.

COMO CITAR: PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. C. M.; LARA, R. A pós-graduação *stricto sensu* brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 22-35, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>

Recebido em 14 de junho de 2022.

Aprovado para publicação em 28 de abril de 2023.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

e para a produção de conhecimentos sobre temáticas relacionadas à questão social em suas múltiplas expressões e determinações, à realidade brasileira, às políticas sociais e ao trabalho profissional, além do desenvolvimento de ações extensionistas e de cooperação técnico-científica junto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições governamentais e de pesquisa nacionais e internacionais.

A maturidade acadêmico-científica alcançada pela área pode ser, de um lado, creditada à capacidade de indução de políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico no país. Por outro, não se pode esquecer que resulta do esforço coletivo da categoria de assistentes sociais, sobretudo por meio de suas instituições organizativas, com destaque para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso).

Ao mesmo tempo, a consolidação desse processo tem sido atravessada por constrangimentos e desafios múltiplos, principalmente aqueles relacionados ao contexto de austeridade que vem sendo imposto por “soluções” neoliberais para a crise estrutural do capitalismo e resultando em desfinanciamento das políticas públicas, dentre elas as de educação e de ciência e tecnologia. No último decênio, esse quadro se aprofundou com o processo de desmonte das políticas públicas iniciado com o Golpe de 2016 e acirrado na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), agravado ainda pela irrupção da pandemia de Covid-19.

Os programas de pós-graduação foram duramente afetados por esse cenário e as implicações disso não só foram sentidas durante a Avaliação Quadrienal 2017-2020 realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como também se estendem para o quadriênio em curso (2021 - 2024).

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a contribuir para o debate em torno dos avanços e desafios que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem enfrentado, bem como das perspectivas que se colocam diante desse cenário de austeridade. Inicialmente, o artigo tece algumas considerações sobre a trajetória da pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social no Brasil e traça um pequeno balanço da Avaliação Quadrienal 2017-2020. Em seguida, apresenta uma análise preliminar dos dados referentes ao biênio 2021-2022, apontando tendências e nós críticos. A última seção, em tom de considerações finais, se dedica à proposição de alguns pontos para debate no sentido de trazer perspectivas para fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação em Serviço Social articulada a um projeto ético-político pautado na defesa intransigente dos direitos sociais e da emancipação humana.

## **A pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa em Serviço Social no Brasil em perspectiva histórica: breves apontamentos**

O Serviço Social contemporâneo se configura simultaneamente como área de conhecimento e profissão. No Brasil, sua regulamentação data do ano de 1957 e desde então tem

se destacado por meio de três competências profissionais, quais sejam: (a) atuação no âmbito das políticas públicas e privadas, incluindo gestão, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas e serviços sociais; (b) planejamento, desenvolvimento e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para o subsídio de ações profissionais; e (c) formação de recursos humanos para produzir conhecimento científico crítico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional (Capes, 2019).

Os primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado em Serviço Social no Brasil surgem na década de 1970, com a implantação, em 1972, do curso da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), seguido, no mesmo ano, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo esses os primeiros na América Latina. Até o final dos anos 1970, outros cursos de mestrado na Área foram criados: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1977, Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa (UFPB-JP), em 1978, e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979. O primeiro curso de Doutorado em Serviço Social no Brasil foi implantado em 1981 na PUC-SP e as décadas experimentariam a expansão de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social.

Esse processo está associado a dois movimentos distintos. De um lado, tem-se a profunda reforma universitária de 1968, levada a cabo durante a Ditadura Militar no Brasil, em que foram criados os níveis de mestrado e doutorado de forma similar ao modelo norte-americano, substituindo as cátedras pela organização departamental e adotando o sistema de créditos, além de definir a universidade como instituição caracterizada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Mendes *et al.*, 2017). Capes e CNPq, agências criadas nos anos 1950, têm suas atribuições fortalecidas neste contexto, ocupando lugar estratégico no projeto desenvolvimentista então adotado, tornando-se responsáveis por promover a formação e o aperfeiçoamento de pessoal docente do ensino superior e a compor uma política nacional e regional de pós-graduação (Cury, 2020).

De outro lado, registra-se o movimento protagonizado pela categoria profissional de assistentes sociais que desde os anos 1960 vinha questionando suas bases fundantes, inaugurando, por meio de referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, na perspectiva de articulação de um projeto profissional crítico no Serviço Social, como aponta Abepss (2015),

Além disso, cabe destacar que a redemocratização do país no início dos anos de 1980, em meio à luta dos movimentos sociais e sindicais, contribuiu para desencadear a afirmação do compromisso do Serviço Social enquanto profissão e área do conhecimento, nos *Códigos de Ética* de 1986 e 1993, com as demandas da população pobre e excluída, com valores técnicos e científicos que objetivam uma sociedade em que os direitos humanos e sociais sejam amplamente reconhecidos e oferecidos universalmente.

De fato, a partir dos anos 1980, a pós-graduação em Serviço Social ganhou espaço junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Capes e às demais agências de fomento (Lara, 2011), sendo reconhecida como área de conhecimento situada no âmbito das ciências sociais aplicadas e respondendo por significativa produção de conhecimentos na interlocução interdisciplinar com as mais diversas áreas das ciências sociais e humanas. A qualidade e o volume da produção científica revelam uma área do conhecimento que alcançou significativa relevância desde sua inserção no cenário científico nacional e internacional, mas que precisa de constantes atualizações e avaliações de acordo com as transformações sociais em curso.

No Serviço Social, a dimensão interventiva e a investigativa coexistem numa relação de reciprocidade, fato este que coloca a pesquisa como atividade permanente para a intervenção e vice-versa. É dessa forma que a pós-graduação, como espaço de excelência para a pesquisa e para a produção do conhecimento, ganha relevância como *locus* privilegiado para aprimoramento e qualificação dos profissionais de Serviço Social e de áreas afins.

Nos anos de 1980 e 1990, a área já apresentava densidade na produção teórica, o que gerou uma maior visibilidade acadêmica e científica. A pesquisa que até então não era uma realidade determinante no Serviço Social passou a ser uma necessidade em todos os níveis de formação. A aproximação crítica do Serviço social com as diversas teorias sociais proporcionou avanços em seu arsenal teórico-metodológico, propiciando ao Serviço Social ampliar sua inserção na universidade e na produção de conhecimentos, pois o aprofundamento científico foi um imperativo interior e exterior para a profissão e área de conhecimento no Brasil, tanto para avançar nas análises sobre as determinações e particularidades da questão social no Brasil e as demandas postas às políticas sociais, como para assegurar maior reconhecimento no mercado de trabalho.

Desde os anos 1970, mas principalmente nas décadas de 1990 e 2000, há uma significativa expansão dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, sobretudo nas universidades federais, em consonância ao processo de ampliação da pós-graduação brasileira previsto nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e seguindo o movimento de expansão das instituições de ensino superior no país. No ano de 2022, a área de Serviço Social contava com 36 programas de pós-graduação *stricto sensu*, dos quais 55,6% (20 programas) possuíam cursos de mestrado e doutorado, distribuídos nas cinco regiões do país, o que é um importante indicador da expansão e consolidação da área. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos 36 programas da área de Serviço Social por região e a nota ao final da Quadrienal 2017-2020.

**Tabela 1.** Programas de Pós-Graduação em atividade na área de Serviço Social no ano de 2022 e nota obtida na última avaliação (2017-2020)

Região/ies	Programa de pós-graduação	Nota
<b>Região Norte</b>		
1.UFAM(M)	Serviço Social	4
2.UFPA(M/D)	Serviço Social	5
3. UFT (M)	Serviço Social	3
<b>Região Nordeste</b>		
1.UFMA(M/D)	Políticas Públicas	6
2.FUFPI(M/D)	Políticas Públicas	5
3.UECE(M)	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	4
4.UFRN(M/D)	Serviço Social	4
5.UERN(M)	Serviço Social e Direitos Sociais	3
6.UFPB/JP(M)	Serviço Social	4
7.UEPB(M)	Serviço Social	3
8.UFPE(M/D)	Serviço Social	6
9.UFAL(M/D)	Serviço Social	5
10.UFSE(M)	Serviço Social	4
11.UFBA (M)	Serviço Social	3
12.UFRB (M)	Política Social e Territórios	3
<b>Região Sudeste</b>		
1.UFES(M/D)	Política Social	6
2.EMESCAM(M)	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	3
3.UFRJ(M/D)	Serviço Social	5
4.UFF (M)	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	4
5.UFF(M/D)	Política Social	5
6.UERJ(M/D)	Serviço Social	6
7.PUC-Rio(M/D)	Serviço Social	6
8.UFV(M/D)	Economia Doméstica	5
9.UFJF(M/D)	Serviço Social	5
10.UNESP/FR(M/D)	Serviço Social	5
11.PUC-SP(M/D)	Serviço Social	7
12.UNIFESP(M)	Serviço Social e Políticas Sociais	3
<b>Região Sul</b>		
1.UEL(M/D)	Serviço Social e Política Social	4
2.UNIOESTE(M)	Serviço Social	3
3.UFSC(M/D)	Serviço Social	5
4.UFRGS(M)	Política Social e Serviço Social	4
5.PUC/RS(M/D)	Serviço Social	7
6.UPEL(M/D)	Política Social e Direitos Humanos	5
<b>Região Centro Oeste</b>		
1.UFMT(M)	Política Social	4
2. PUC-GOIÁS(M)	Serviço Social	3
3.UnB(M/D)	Política Social	6
<b>Total de programas</b>		<b>36</b>

Fonte: Capes, 2021.

Nota-se no quadro que o Serviço Social abarca em seus programas as seguintes áreas básicas: Serviço Social (26), política social (6), políticas públicas (3) e economia doméstica (1). a área, pela natureza dos cursos, recebe profissionais de outras áreas de conhecimento nos cursos de pós-graduação, como, por exemplo, pedagogos, psicólogos, geógrafos, jornalistas, advogados, economistas, cientistas sociais, historiadores etc., promovendo também o diálogo interdisciplinar e contribuindo para formação qualificada em diferentes áreas do conhecimento.

Todos os cursos em funcionamento na área de Serviço Social são de natureza acadêmica e ofertados na modalidade presencial. Dentre as 50 áreas de conhecimento reconhecidas pelas Capes, a área de Serviço Social é a única que não possui cursos profissionais.

Ao longo de sua trajetória, a pós-graduação em Serviço Social, como a pós-graduação brasileira em geral, tem lidado com uma série de desafios e constrangimentos, os quais são decorrentes da adoção de medidas de austeridade assumidas pela agenda neoliberal como única saída para a crise do capital que se arrasta desde fins dos anos 1970, além do avanço do conservadorismo mais radical que vem crescendo no país de forma avassaladora nestes últimos anos. Ao subfinanciamento crônico que atinge a educação, a ciência e a tecnologia como um todo, se soma a desvalorização das ciências humanas e sociais em detrimento da área tecnológica, a mercantilização do ensino e da pesquisa, o aligeiramento da formação e o predomínio de uma lógica produtivista e concorrencial na construção do conhecimento. Esses traços característicos foram aprofundados a partir do Golpe de 2016 que depôs a presidente Dilma Rousseff e deu espaço para o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas, com cortes de recursos e linhas de fomento à pesquisa, congelamento de bolsas e extinção de diferentes programas de fomento.

Foi na gestão Bolsonaro que o processo de desmonte se intensificou, com cortes nas bolsas para pesquisas científicas e para formação docente na ordem de 17,5% (Sobrinho, 2022), congelamento dos valores das bolsas, não abertura de novos editais e até ameaça de calote no pagamento. A essas medidas se associa o negacionismo científico como política de Estado, particularmente intenso com a irrupção da pandemia de Covid-19, aproveitando-se do contexto social brasileiro para propagar ideias conservadoras e atinentes a uma política ultraliberal, entreguista e voltada aos interesses de grupos com efetivo poder de captação de capital. Como afirmam Duarte e César (2020, p. 9): “[...] o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos”.

Os programas de pós-graduação sofreram fortes impactos decorrentes da pandemia e com as medidas adotadas pelo governo federal. Além das limitações financeiras, os programas da área de Serviço Social registraram dificuldades na aplicação dos recursos em face da impossibilidade de intercâmbios, mobilidade docente e estudantil e eventos presenciais com pesquisadores de diferentes instituições, afetando, inclusive, o processo de

internacionalização; interrupção de pesquisas envolvendo trabalho de campo; ampliação dos prazos de defesa; atraso e adaptações nos processos seletivos (Capes, 2022); além da suspensão de aulas presenciais; adaptação de disciplinas, orientações, desenvolvimento de pesquisas e outras atividades ao ambiente remoto; comprometimento da saúde física e mental de docentes, alunos e técnico-administrativos.

A própria dinâmica da Avaliação Quadrienal 2017-2022 conduzida pela Capes foi afetada, tendo sido realizada integralmente em modo remoto, além de sofrer interrupção no meio do processo, em função de uma Ação Civil Pública que questionou os parâmetros de avaliação adotados, vistos como pouco definidos, o que poderia acarretar em falta de isonomia das avaliações bem como a aplicação retroativa de tais parâmetros sob pena de violar o princípio da segurança jurídica e a previsibilidade da avaliação. Somente após a assinatura do Termo de Autocomposição (TAC) é que o processo de avaliação quadrienal foi retomado, três meses depois.

Na última Avaliação Quadrienal, de 2017-2020, foram analisados 36 programas da área de Serviço Social, sendo 33 em avaliação e 3 em situação de acompanhamento. A área reconhece que, não obstante os desafios impostos pelo cenário descrito, alcançou avanços importantes no quadriênio 2017-2020, dos quais se destacam: a) implantação de três cursos novos em 2018, sendo um na região Norte e dois no Nordeste (ambos na Bahia), os quais passaram por sua primeira avaliação; b) houve avanços tanto em termos quantitativos quanto qualitativos da produção intelectual de discentes, egressos e docentes permanentes; c) houve também avanços com a adoção do *Qualis* único para os periódicos e maior qualificação dos periódicos em que o Serviço Social é área-mãe; d) a área desenvolveu diversas ações para a sociedade, confirmando ampla inserção social dos programas da área durante a pandemia; e) comparativamente ao quadriênio anterior (2013-2016), nenhum programa diminuiu de nota, enquanto 15 programas subiram suas notas. A Tabela 2 demonstra a distribuição percentual dos programas da área de Serviço Social por nota nos dois últimos quadriênios.

**Tabela 2.** Distribuição Percentual de PPG por nota área de Serviço Social nos dois últimos quadriênios

Nota	Qtd. de PPG (2013-2016)	% Quadriênio 2013-2016	Qtd. de PPG (2017-2020)	% Quadriênio 2017-2020**
2	1	2,9	0	-
3	12	35,3	9	25,0
4	12	35,3	11	30,5
5	3	8,8	8	22,2
6	5	14,7	6	16,7
7	1	2,9	2	5,6
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>36</b>	<b>100%</b>

Fonte: Capes, 2021.

Enquanto área de conhecimento, o Serviço Social tem contribuído para a sociedade brasileira no que tange à defesa de uma formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com ênfase nas análises sobre a realidade social e suas múltiplas determinações, bem como sobre os processos de formulação, gestão, implementação e avaliação de políticas sociais. Nesse sentido, os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social assumem lugar de destaque na produção de conhecimentos, dada à centralidade da pesquisa científica em seu interior, priorizando temáticas diversas relacionadas às múltiplas expressões da questão social, às políticas sociais na contemporaneidade e ao avanço teórico-metodológico do Serviço Social.

## Retrato preliminar da Área 32 – Serviço Social no biênio 2021-2022

Apesar do fim da emergência de saúde pública pela pandemia de Covid-19 e das mudanças no quadro político brasileiro, os impactos do período anterior ainda são percebidos no quadriênio em curso (2021-2024). Buscando trazer um retrato aproximado, ainda que preliminar, dos programas de pós-graduação da área nos dois primeiros anos do quadriênio. Esta seção apresenta alguns dados levantados para subsidiar o debate no Seminário de Meio Termo, ocorrido em novembro de 2023<sup>1</sup>.

## Indicadores da Área 32 – Serviço Social em relação aos discentes e docentes no biênio 2021-2022

Os dados do biênio 2021-2022 disponíveis pelo Sistema Nacional de Pós-graduação da Capes apresentam a área composta por 36 programas, sendo 16 com cursos de mestrado e 20 com cursos de mestrado e doutorado. O *status* jurídico das Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos na área é distribuído da seguinte forma: 22 (62,86%) instituições federais, 7 (20%) instituições estaduais e 6 (17,14%) instituições particulares (comunitárias), indicando a forte participação da universidade pública na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

A distribuição quantitativa dos programas por região é: 12 no Nordeste (33,3%), 12 no Sudeste (33,3%), seis no Sul (16,7%), três no Centro-Oeste (8,3%) e três no Norte (8,3%). Essa distribuição aponta para a persistência de assimetrias regionais na pós-graduação em Serviço Social, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste. Mas, também cabe registrar a existência de vazios em áreas do interior ou periféricas nas demais regiões, sendo a redução de assimetrias e a interiorização da pós-graduação aspectos valorizados nas Análises de Propostas de Cursos Novos (APCN).

---

1 O Relatório do Seminário de Meio Termo realizado pela área de Serviço Social em 2023 tem informações mais detalhadas. Ver: Pinheiro, Senna, Lara (2023).

O corpo docente, de acordo com dados de 2022, é composto por 656 professores, sendo 80,36% de docentes permanentes, 18,72% colaboradores e 0,91% de visitantes. A Tabela 3 revela que a ampla maioria dos docentes foi titulada a partir dos anos 2000, indicando um corpo docente relativamente jovem em termos de titulação.

Os vínculos empregatícios estão assim distribuídos: 514 são servidores públicos, 77 são contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 36 são colaboradores, 25 são aposentados e 5 possuem bolsa de fixação. A faixa etária do corpo docente está distribuída por 139 com idade entre 55 e 59 anos, 113 entre 50 e 54 anos, 94 entre 60 e 65 anos, 79 entre 45 e 49 anos, 77 entre 40 e 44 anos, 63 com 70 anos ou mais, 45 entre 35 e 39 anos, 41 entre 65 e 69 anos, 6 entre 30 e 34 anos. A composição por sexo é de 500 pessoas do sexo feminino (76,1%) e 156 do sexo masculino (23,9%) (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

O corpo discente, em 2021, foi de 2.831 e, em 2022, foi de 2.926. Ao considerar o ano de 2022, a área teve 790 ingressantes. Do universo discente por grau acadêmico, registram-se 1.839 mestrandos e 1.087 doutorandos, sendo 2.343 matriculados, 519 titulados, 47 desligados e 17 abandonos. A composição por raça/cor está assim distribuída: 830 de cor branca, 510 pardos, 391 pretos, 17 indígenas e 10 de cor amarela. Nesse quesito, 1.168 discentes não tiveram a raça/cor informada, sendo, portanto, necessário que os programas atualizem as informações e preencham essa informação no ato da matrícula/cadastro do discente. A distribuição por sexo em 2022 é de 2.265 (77,41%) do sexo feminino e 661 (22,59%) do sexo masculino (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

Na observação dos dados gerais sobre a área, no biênio 2021-2022, observa-se pouca variação do corpo docente (permanentes, colaboradores e visitantes), nota-se pequeno acréscimo dos permanentes (em 2021 foi de 523 e em 2022 foi de 528), o que pode estar relacionado também à criação de três novos cursos. Houve também pouca variação do

**Tabela 3.** Distribuição dos docentes da área de Serviço Social pelo período de titulação

Período de titulação	Quantidade de docentes
1980-1984	1
1985-1989	6
1990-1994	16
1995-1999	34
2000-2004	102
2005-2009	175
2010-2014	139
2015-2019	167
2020-2024	16
<b>Total</b>	<b>656</b>

Fonte: Pinheiro; Senna; Lara, Capes, 2023 (elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira).

corpo discente (em 2021 foi de 2.831 e em 2022 foi de 2.926). A composição de docente e discente da área pode ser observada nas Tabelas 3 e 4.

Um aspecto que chama atenção diz respeito aos indicadores relativos aos trabalhos de conclusão (teses e dissertações) e às orientações em andamento por docente permanente. No biênio, a área registrou, no primeiro caso, um índice de 1,31 em 2021, diminuindo ligeiramente para 1,17 em 2022, o que pode estar relacionado aos impactos da pandemia em termos de necessidade de ampliação dos prazos de defesa das dissertações e teses. Já em relação à média de orientações em andamento por docente permanente na área, o índice foi de 3,86 em 2021 e de 4,07 em 2022, o que está associado à retenção provocada pela pandemia de Covid-19.

Vale registrar que uma questão que vem preocupando os programas diz respeito à diminuição da demanda nos processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos de mestrado e de doutorado, questão essa que atravessa as diversas áreas do conhecimento e que não está dissociada da conjuntura do país no último quadriênio.

## Indicadores da Área 32 – Serviço Social em relação à produção acadêmica no biênio 2021-2022

Em relação aos indicadores de produção acadêmica, a área teve produção total de 10.624 produtos no ano de 2021, sendo 55,02% técnica, 44,95% bibliográfica e 0,04 artística cultural. No ano de 2022 a produção total foi de 10.791 produtos, sendo 51,1% técnicos, 48,8% bibliográficos e 0,1% artísticos e culturais. A distribuição por subprodutos pode ser observada na Tabela 5.

Na análise da produção bibliográfica e técnica, observa-se que a área apresenta maior produção técnica em relação à bibliográfica no biênio. Na comparação entre os biênios de

**Tabela 4.** Composição docente e discente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social. Brasil 2019-2022

Categoria / Ano	2019	2020	%	2021	2022	%
	Total	Total	2019/2020	Total	Total	2021/2022
<b>Programas</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>0</b>
Mestrado	36	36	0	36	36	0
Doutorado	20	20	0	20	20	0
<b>Docentes</b>	<b>613</b>	<b>620</b>	<b>1,14</b>	<b>642</b>	<b>657</b>	<b>0,76</b>
Permanentes	483	489	1,24	523	528	0,95
Colaboradores	118	118	0	112	123	9,8
Visitantes	12	13	8,33	7	6	14,2
<b>Discentes</b>	<b>2.566</b>	<b>2.581</b>	<b>0,58</b>	<b>2.831</b>	<b>2.926</b>	<b>3,35</b>
Mestrado	1.650	1.649	- 0,06	1.817	1.839	1,21
Doutorado	916	932	1,75	1.014	1.087	7,19

Fonte: Pinheiro; Senna; Lara, Capes, 2023 (elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira).

**Tabela 5.** Produção da área por tipos e subtipos

<b>Categoria /Ano</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Produção total</b>	11.313	10.262	10.624	10.791
<b>Produção Bibliográfica</b>	4.586	4.052	4.775	5.264
Trabalhos em Anais	2.092	837	1.228	1.991
Livro / Capítulo	1.354	1.907	1.954	1.792
Artigos em periódicos	992	1.166	1.268	1.164
Artigo em jornal ou revista	-	-	205	188
Tradução	-	-	5	15
Outra	148	142	115	114
<b>Produção Técnica</b>	6.714	6.205	5.845	5.518
Apresentação de trabalho	2.520	1.794	1.810	2.035
Serviços técnicos	1.291	1.188	1.040	1.188
Org. de evento	681	523	592	691
Curso de curta duração	435	389	391	379
Programa de Rádio ou TV	323	744	415	223
Editoria	119	202	168	164
Relatório de Pesquisa	142	170	169	162
Des. Mat. Did. Intr.	58	84	59	54
Des. De técnica	17	16	11	9
Cartas, mapas ou sim.	9	4	4	4
Des. de produto	7	7	3	4
Outro	944	826	1.181	605
<b>Produção Artístico-Cultural</b>	13	5	4	9

*Fonte:* Pinheiro; Senna; Lara, Capes, 2023 (elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira).

2019/2020 e de 2021/2022, houve oscilação de algumas produções técnicas (ex.: programa de rádio ou TV), em razão principalmente dos efeitos da pandemia e das formas de intervenção e divulgação do conhecimento do período.

A área, no biênio 2021-2022, registrou 1.268 (2021) e 1.164 (2022) artigos em periódicos. Apesar dos avanços em relação a esse tipo de produção, a publicação da área em periódicos ainda pode crescer nacional e internacionalmente. Além disso, os periódicos da área ainda não estão em sua maioria acessíveis nas plataformas de maior alcance para a comunidade acadêmica, o que indica também ser outro esforço que a área deve perseguir.

Ademais, no atual ciclo de avaliação (2021-2024) uma preocupação por parte dos coordenadores da Área e dos coordenadores de programas manifestada no Seminário de Meio Termo se refere ao impacto da pandemia de Covid-19 no quadriênio vigente.

## Considerações finais: os desafios da área diante de uma ciência global

A principal contribuição de uma nação, região e seus pesquisadores é interpretar, compreender e agir na história para os devidos protagonismos e trocas igualitárias, principalmente no âmbito econômico e cultural. A relevância dessa reflexão, como coordenadores da Área 32, é de reconhecer a importância dos conhecimentos produzidos pelas regiões e pensadores do sul global, numa perspectiva de diálogo com as ciências produzidas em âmbito internacional. Com isso, buscar caminhos científicos globalmente articulados para compreender e intervir nas desigualdades regionais.

As respostas para o desenvolvimento econômico e social de cada país exigem diagnósticos precisos e estes necessitam ainda mais de cuidadosos estudos dos principais problemas econômicos e sociais produzidos e/ou herdados dos países e regiões ao longo de sua história e formação socioeconômica. Uma das tarefas principais da Área 32, Serviço Social.

Um dos desafios da Área 32, Serviço Social, conforme já anunciado anteriormente, em relação às pesquisas e à produção de conhecimento, é priorizar temas de investigação que proporcionam compreender as questões histórico-estruturais do Brasil, com suas particulares contradições e reservadas às devidas proporções locais. Aqui reside o desafio do desenvolvimento econômico, social e regional soberano em consonância com as principais potências mundiais.

Entretanto, compreendemos que se torna oportuno adotar, por meio da investigação científica e de suas agências reguladoras, uma proposta de desenvolvimento científico que priorize universidades e conhecimentos locais que se internacionalizem reciprocamente. Esse procedimento é um passo seguro para pensarmos o Brasil e sua tradição cultural e elaborarmos projetos de desenvolvimento científico, econômico e social com soberania e protagonismo regionais e locais, com reconhecimento das temáticas históricas que foram produzidas ao longo do tempo e que ainda hoje estão presentes como problemáticas nas desigualdades econômicas, étnico-raciais, sociais e regionais. Isso será uma das tarefas da Área 32, Serviço Social, que, possivelmente, por meio de uma visão global, possa assegurar a tradição cultural e científica que se orienta por uma genuína emancipação humana dos indivíduos e nações.

Destacamos alguns pontos centrais para continuar fortalecendo e prospectar possíveis ações coletivas à Área 32 no atual contexto: a) reconhecer o protagonismo do Serviço Social brasileiro, sua significativa inserção científica e formação de recursos humanos; b) criar canais institucionais de diálogo plural entre os PPGs para oferecer maior visibilidade, integração e internacionalização da área; c) conferir

importância ao pensamento latino-americano com seu singular universo cultural e histórico para elaboração de conhecimentos científicos sobre as desigualdades sociais e pobreza; que respaldem projetos para o desenvolvimento econômico e social da região; d) dar relevância ao conhecimento produzido que prioriza as demandas históricas e emergentes da população usuária das políticas sociais (objeto constante das pesquisas da área); e) ampliar a visibilidade das questões regionais como estratégicas para o conhecimento produzido pela área; f) considerar a história e a particularidade das regiões para o desenvolvimento científico do Brasil é uma estratégia prioritária em razão da ampla diversidade e dimensão geográfica; g) considerar o desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação em cada região e o seus esforços no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais e regionais; h) observar e revelar atentamente os impactos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos produzidos pelos programas no diálogo científico com suas regiões; i) dar relevância às pesquisas aplicadas que suscitem melhoria da qualidade de vida e resultem em impactos para determinados segmentos da sociedade e populações usuárias mais vulneráveis; j) considerar os aspectos regionais nos processos avaliativos de novos cursos; l) formar pesquisadores que atuem em todas as instituições da sociedade civil, não se resumir a formar mestres e doutores para as universidades; m) articulação constante entre os ensinos infantil, fundamental, médio, graduação e pós-graduação das instituições formadoras dos cinco níveis, por meio de projetos específicos dos programas e instituições escolares básicas; n) estabelecer canais constantes de diálogo com as agências locais de fomento para apoio a projetos de longa duração para o desenvolvimento científico local e nacional; o) oferecer espaço de debate com os programas e a sociedade civil para construção de critérios que legitimem a avaliação da sociedade civil em relação às instituições científicas e suas maneiras específicas de inserção regional.

Diante disso, fica evidente que os indicadores acima são reflexões e projetos a serem debatidos, mas que podem oferecer condições para processos avaliativos e produção de indicadores de impacto que não importem modelos externos que desconsiderem as especificidades dos programas em suas regiões, mas que considerem a inserção da pesquisa e da ciência dos programas nas mais diversas regiões do país.

Os esforços da Capes nas últimas décadas para aprimorar e definir critérios objetivos de avaliação da pós-graduação no Brasil promoveram avanços e resultados mensuráveis e qualitativos que estão em constantes processos de revisão e redefinição, pois a ciência produzida nas mais diversas áreas do conhecimento sofre as exigências das transformações constantes da realidade social e o desafio de construção de novos saberes.

**Contribuições dos/as autores/as:** todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Contribuição da Abepss para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social*. Brasília: Abepss, 2015.

CAPES. *Documento de área Serviço Social 2019*. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_área\\_2019/DOC\\_SERVICO\\_SOCIAL\\_01\\_11.pdf](http://capes.gov.br/images/Documento_de_área_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

CAPES. *Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2021 da Área 32 – Serviço Social*. Brasília: Capes, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022\\_RELATORIO\\_AVALIACAO\\_QUADRIENAL\\_comnotaServioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

CURY, C. R. J. A pós-graduação no Brasil: itinerários e desafios. *Movimento – Revista de Educação*, v. 7, n. 14, 27 nov. 2020.

DUARTE, A. de M.; CÉSAR, M. R. de. A. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. *Educação e Realidade*, v. 45, n. 4, 2020.

LARA, R. *A produção de conhecimento no Serviço Social*. São Paulo: Unesp, 2011.

MENDES, J. M. R.; WERLANG, R.; SANTOS, A. M. dos. Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 2, maio/ago. 2017.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. de C. M.; LARA, R. *Relatório do seminário de meio termo Serviço Social Área 32*. Capes, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial\\_Relatrio\\_SMT\\_32verso2.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatrio_SMT_32verso2.pdf). Acesso em: 1 jul. 2024.

SOBRINHO, W. P. *UOL Educação*, 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/04/22/bolsas-de-pesquisa-educacao-cnpq-capes-governo-bolsonaro-dilma-temer>. Acesso em: 29 jun. 2024.